

*VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.*

**GT 18 - Psicología Social Del Trabajo En América Latina: Identidades y procesos
de subjetivación, salud de los trabajadores, prácticas y producción de sentidos en lo
cotidiano**

**Experiência salarial brasileira e processos de subjetivação de trabalhadores pobres:
constituição identitária em contextos de desigualdade e mudança social**

Fabiana A. A. Jardim (Faculdade de Educação, USP)

Experiência salarial brasileira e processos de subjetivação de trabalhadores pobres: constituição identitária em contextos de desigualdade e mudança social

O trabalho propõe pensar processos de subjetivação de trabalhadores pobres que habitam a Região Metropolitana de São Paulo - BR. Parte do pressuposto que tais processos de subjetivação se constituem nas dobras entre Estado e Mercado de trabalho e que, até os anos 1980, tais processos resultavam na constituição de um “Eu dividido” (cf. MARTINS, 2008) e procura refletir sobre as consequências das transformações que vieram ocorrendo nos últimos trinta anos. Propõe-se que a partir dos anos 1980, ao passo que os trabalhadores pobres tiveram parte de suas demandas reconhecidas no campo dos direitos sociais, foram bastante afetados pelo novo alcance de práticas de governo voltadas ao trabalhador, o que resulta num novo tipo de processo de subjetivação, em que os atributos que lhes permitiam sobreviver são mobilizados para a legitimação de novos padrões de desigualdades no mercado de trabalho.

Experiência salarial brasileira e processos de subjetivação no trabalho: manutenção identitária em contextos de desigualdade e mudança social¹

Nos últimos trinta anos, intensas transformações ocorreram tanto no âmbito do Estado, colocado em questão pela renovação do pensamento liberal, quanto nos âmbitos do trabalho e, principalmente, do emprego: mudanças nas estratégias de gestão produtiva, bem como nos padrões tecnológicos de produção e a emergência e fortalecimento de um discurso que associava as crises econômicas ao esforço estatal de manutenção do pleno-emprego produziram efeitos sobre a própria dinâmica do mercado de trabalho, ainda que diferencialmente em cada contexto nacional. Esta comunicação procura refletir, de uma perspectiva das ciências sociais, sobre as consequências de tais transformações para a constituição de subjetividades de trabalhadores num contexto bastante específico: o da Região Metropolitana de São Paulo, Brasil.

Parte-se da proposição de que a *experiência salarial brasileira*², que comportou grande heterogeneidade de situações ocupacionais, pôde ser sustentada mesmo ao longo dos períodos de rápido crescimento econômico, sem resultar na adoção de medidas mais firmes de disciplinarização dos vínculos de trabalho em torno da norma salarial, devido à dinâmica de relações entre *cultura do emprego* e *cultura do trabalho* que produzia subjetividades capazes de lidar com essas ambiguidades e ainda assim aderir a uma ética do trabalho de acordo com as necessidades de produção capitalista (ver Martins, 2008; Souza, 2010 e Jardim, 2009a).

Examinando processos mais recentes, propomos ainda que tais subjetividades se mostram adequadas ao “novo mundo” social e do trabalho que se forjou ao longo dos anos 1980 e 1990, em que atributos pessoais como *flexibilidade*, *empreendedorismo*, *capacidade de constituição de uma trajetória ocupacional* que se distingue de uma *carreira* no interior de uma empresa ou em torno de uma identidade profissional são valorizados³: em alguma medida, essas qualidades já faziam parte da constituição

¹ Os resultados apresentados nessa comunicação se ligam tanto à pesquisa de doutorado realizada pela autora e defendida em setembro de 2009, “Do desempregado ao desemprego: desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil”, financiada pelo CNPq por meio de bolsa de doutorado quanto à pesquisa “Trabalhador, trabalho e educação para o trabalho: representações em práticas de qualificação profissional no Brasil (1911-1945)”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

² A noção de *experiência salarial* será explicitada mais a frente.

³ Ver Sennett, 2004 e também López-Ruiz, 2007.

subjetiva da parcela de trabalhadores cuja ligação com o “núcleo” mais moderno da economia e do trabalho era sempre frágil e marginal. Nossa hipótese é que as novas práticas estatais formuladas pelo neoliberalismo (FOUCAULT, 2008b), bem como as novas práticas de gestão do trabalho (CASTEL, 1987), ambas preocupadas com a redução dos custos do governo⁴, permitiu um tipo novo e contraditório de integração dessas parcelas da população: ao mesmo tempo em que têm suas trajetórias ainda mais fortemente caracterizadas pela precariedade e pela instabilidade, marcas ademais da condição mais geral dos trabalhadores nesse novo contexto, tais parcelas da população foram finalmente alcançadas por uma série de práticas que, anteriormente, alcançavam apenas os trabalhadores que circulavam pelo mercado formal de trabalho.

É nesse sentido que vale interrogarmos sobre novos processos de subjetivação experimentados pelos *trabalhadores pobres*⁵ – sua situação, porque contraditória e liminar, é também reveladora dos significados sociológicos mais gerais das transformações recentes, especialmente de seus efeitos sobre contextos nacionais como o brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e regionais⁶.

Desde já vale notar que ao falar de *experiência salarial* não me refiro à efetiva generalização da norma salarial (que, de fato, não ocorreu no Brasil), mas à configuração de relações que se estabeleceu a partir da introdução da norma salarial entre nós, nos anos 1930, mesmo que esta tenha atingido sempre um contingente limitado de nossa População Economicamente Ativa (PEA) e, ainda assim, com profundas variações regionais.

Baseando-me em Robert Castel (1999) e em Michel Foucault (2010), utilizo a noção de *experiência* para tentar evidenciar de que maneira a *problematização* dos vínculos de trabalho para a produção de um trabalhador visto como ideal, conduzindo-o a

⁴ *Governo* é aqui entendido como condução das condutas, para falar nos termos de Michel Foucault, 2008a.

⁵ Utilizo esta expressão inspirada em discussão feita por Margaret Maruani, em seu esforço de evidenciar o “halo cinzento” de trabalhadores precários que circula o “núcleo duro” dos empregados – aqueles que têm empregos estáveis, com contratos por tempo indeterminado e jornada completa de oito horas por dia (2002).

⁶ Construir uma genealogia das práticas estatais que procuraram conhecer e governar esses trabalhadores pobres é um dos principais objetivos da pesquisa que venho desenvolvendo, a despeito de duas limitações: a primeira, empírica, refere-se às dificuldades de encontrar fontes e documentos; a segunda, mais reveladora, refere-se à espécie de invisibilidade (estatística, sociológica etc.) que marca a experiência de tal população: é somente a partir dos anos 1970, com os estudos de *marginalidade*, que iniciam-se esforços para compreender o significado sociológico dessa parcela da população, que trabalha e vive “fora” dos registros formais. Daí também a importância das pesquisas domiciliares, que passam a ser preconizadas como estratégia privilegiada de conhecimento sobre a situação de países *subdesenvolvidos* (ver Jardim, 2009b).

uma trajetória que passa então a ser compreendida como *normal* (inatividade/formação – atividade/emprego ou desemprego – inatividade/aposentadoria) articulou “[primeiro,] formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis” (FOUCAULT, 2010: p.4). É essa noção que me permite tentar articular níveis de análise tão distintos quanto as práticas estatais ou as práticas de administração do trabalho, seus efeitos normalizadores e, finalmente, o campo de possíveis no qual os indivíduos se movem, fazem suas escolhas, constituem suas subjetividades.

Em pesquisa realizada durante meu mestrado, pude constatar que a *experiência salarial* brasileira, ligada que estava ao padrão meritocrático ou conservador de proteção social⁷, atuava sobre a estrutura social estabelecendo fronteiras – mais ou menos permeáveis – entre os *trabalhadores pobres*, alijados de direitos sociais por muito tempo vinculados à relação formalizada de trabalho e aqueles que circulavam no interior do mercado formal de trabalho. Tais fronteiras, ao criar categorias diferenciadas de cidadãos, apareciam na consciência social dos indivíduos como o esforço constante de conciliar ações, condutas e atribuição de sentidos ao vivido enraizadas em dois universos culturais e morais distintos: aquele do *trabalho*, ancorado na valorização da casa, da família e da disposição ao trabalho duro como modo privilegiado de se distinguir no interior indistinto e invisível da pobreza, e aquele do *emprego*, ancorado na valorização do público, na identificação de classe, no reconhecimento da importância dos direitos. No dizer de José de Souza Martins (2008), analisando justamente um momento-chave de mudanças sociais nos subúrbios da região metropolitana de São Paulo, o cotidiano dessa parcela da população – quase invisível ou visível somente em suas mazelas de déficit de modernização (a moradia precária, o saneamento básico ou a energia de difícil acesso...) – resulta da constituição de um “Eu dividido”: uma subjetividade liminar, portanto, por isso mesmo algumas vezes consciente dos limites do projeto de modernização quando incapaz de alcançar a todos.

É essa subjetividade que é posta em questão a partir do final dos anos 1980, tanto pela dolorosa experiência das altas taxas de desemprego quanto pelas liberadoras experiências dos movimentos sociais urbanos e sua luta pelo acesso a direitos sociais. Nossa hipótese é que naquele momento, de intensa mudança, as contradições que

⁷ Conforme a tipologia proposta por Gosta Esping-Andersen,

forjavam as subjetividades divididas desses trabalhadores pobres, urbanos, marginalmente integrados à estrutura social também se modificam, num processo bastante ambíguo: ao passo que os movimentos sindicais e sociais, a emergência de novos partidos, a restauração da democracia representativa etc. possibilitam a visibilidade desses sujeitos, cujas ações haviam sempre sido cuidadosamente questionadas em relação à verdadeira consciência de classe ou relegadas a um segundo plano como se coadjuvantes da História fossem⁸, novas práticas de governo que se engendram no âmbito dos Estados, mas também no interior das empresas, no quadro de disciplinas como a Administração ou a Psicologia, vão tornar possível que esses indivíduos, *batalhadores*⁹, portadores de uma ética do trabalho que nunca dependeu da efetiva relação formalizada de emprego – apenas de sua promessa, no horizonte de expectativas e possibilidades – sejam agora atingidos por práticas, que são sempre discursivas e não discursivas, voltadas à gestão dos trabalhadores pelo *mercado de trabalho*, e não mais no interior desta ou daquela empresa. O que as ideias de *flexibilidade*, *capital humano*, *empreendedorismo* lograram, portanto, não foi apenas fragilizar a legitimidade de relações e vínculos que se pretendem estáveis, como a norma salarial; foi também integrar num mesmo universo moral um conjunto maior da população, independentemente de sua qualificação ou de seus rendimentos. Subjetividades, nesse sentido, interpeladas pela necessidade de *conduzirem a si mesmas* num mercado de trabalho movente, cujas regras de funcionamento são muito mais opacas que anteriormente na medida em que, agora, o que conta não é somente a qualificação certificada (cuja posse ou não ainda poderia ser creditada à efetivação ou não do direito à educação, por exemplo) ou a experiência que, aliás, por vezes até conta pontos negativos num processo seletivo: o que conta é a própria “personalidade”, a disposição em se implicar no trabalho tão profundamente que até os tempos de não-trabalho são colonizados¹⁰.

⁸ Ver Paoli, Sader e Telles (1983).

⁹ Para usar o termo de Jessé Souza.

¹⁰ Sempre me lembro de uma entrevista realizada durante meu mestrado: uma mulher, com cerca de 40 anos, cuja situação ocupacional, de renda e de moradia a aproxima dessa parcela de trabalhadores pobres, e que me contava que nas poucas horas de descanso sempre tentava fazer coisas que lhe acrescentassem algo: ler um livro, assistir um noticiário... se armar, portanto, de conhecimentos capazes de testemunhar sua integral identificação às novas normas do trabalhador ideal: aquele que está a todo o tempo atendendo às supostas exigências do “mercado”, ainda quando desempregado.

São esses os temas que o presente trabalho pretende abordar, combinando 1) revisão de bibliografia sobre os temas das transformações recentes na Região Metropolitana de São Paulo e das dinâmicas de (re)produção de desigualdades nos últimos vinte anos – marcadas pelo movimento de universalização de direitos sociais e pela transição do padrão de proteção social brasileiro para um arranjo que, nas regiões metropolitanas, se assemelha mais ao *liberal* (Esping-Andersen, 1993; Werneck Vianna, 1998) e 2) análise de documentos, especialmente produzidos no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, na estruturação de nosso Sistema Público de Emprego Trabalho e Renda (SPETR).

Bibliografia

- CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. **A gestão dos riscos:** da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare-state. **Lua Nova**, nº24, São Paulo, setembro, 1991, p.85-116.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 5 de janeiro de 1983 (Primeira e Segunda hora). **Governo de Si e dos Outros**. Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- _____. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- JARDIM, Fabiana A. A. **Entre desalento e invenção:** experiências de desemprego e desenraizamento em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2009a.
- _____. **Do desempregado ao desemprego:** desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2009, 159p.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.
- MARTINS, José de Souza. **A aparição do demônio na fábrica**. Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário. São Paulo: Editora 34, 2008.
- MARUANI, Margaret. Travailleurs, travailleuses: qui sont les salarié-e-s pauvres? In: _____. **Les mécomptes du chômage**. Paris: Bayard, 2002, p.101-123.
- PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, nº6, Anpuh, 1983, p.129-149.
- SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- WERNECK-VIANNA, Maria Lúcia. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, Universidade Candido Mendes, 1998.